



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**CAMPUS III – GUARABIRA - PARAÍBA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**LEOTÉRIA FERREIRA COSTA**

**A MITIFICAÇÃO DE JOÃO PESSOA E A REPÚBLICA DOS CORONÉIS – PARAÍBA,**  
**1930**

**GUARABIRA/PB**

**2007**

**LEOTÉRIA FERREIRA COSTA**

**Linha de Pesquisa:  
HISTÓRIA BIBLIOGRÁFICA**

**A MITIFICAÇÃO DE JOÃO PESSOA E A REPÚBLICA DOS CORONÉIS – PARAÍBA,  
1930**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades Osmar de Aquino, Campus III, sob a orientação do Professor Especialista Genes Duarte Dantas, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciada em História.

**ORIENTADOR:** Professor Genes Duarte

**GUARABIRA/PB**

**2007**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

C837m Costa, Leotéria Ferreira da

A mitificação de João Pessoa e a república dos coronéis  
/ Leotéria Ferreira da Costa. – Guarabira: UEPB, 2007.

42f. II.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) –  
Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Esp. Genes Duarte Ribeiro”.

1. Política      2. Oligarquia      3. João Pessoa  
I.Título.

22.ed. CDD 320

**LEOTÉRIA FERREIRA COSTA**  
**A MITIFICAÇÃO DE JOÃO PESSOA E A REPÚBLICA DOS CORONÉIS – PARAÍBA**  
**1930.**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO APROVADA EM: 19 / 07 / 2007.

**BANCA EXAMINADORA**



**Professor Esp. Genes Duarte**

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

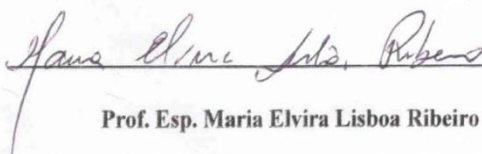
Orientador



**Prof. Ms. Luciana Calissi**

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Examinadora



**Prof. Esp. Maria Elvira Lisboa Ribeiro**

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Examinadora

**GUARABIRA/PB**

**2007**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos: Wanderson Lucas e Thierry Cauã. E também as crianças: Fábio Henrique (meu enteado e filho de coração) e a Cristiano Noberto (sobrinho querido) um pouco da história de minha terra Paraíba.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao bom Deus que na sua onisciência e onipresença, me deu a certeza de nunca está só.

Ao meu marido, amigo e amante Carlos Henrique: Sem o seu amor não teria chegado até aqui, pois só quem ama faz pelo o outro o que você fez por mim, você bem sabe o quanto tivemos que sacrificar nesses anos de Universidade. Obrigada amor, por ser meu porto seguro, e me ajudar a estar aqui.

Nossos filhos, concebidos, gestados e paridos, durante esses longos anos de UEPB, meus amores incontestáveis, tantas vezes deixados de lado, a eles um agradecimento com um pedido de perdão.

A minha mãe Maria Ferreira que tantas vezes ficou insone esperando minha volta, em sua cadeira de rodas pela casa... Apesar da dor, só se recolhia após a minha volta, com ela tenho aprendido muito sobre superação e fé.

A meu pai Manoel Ferreira, a você seu Paizinho, que semi-analfabeto, tem um entendimento e uma leitura de mundo, que tantas vezes parei para ouvir o seu jeito brejeiro de contar a história do nosso povo, sua voz a guiar nossa imaginação, por campos, ruas e veredas, em tempos e lugares que nem sempre a história registrou.

Minha comadre Maria da Paz Neves, pela a amizade, confiança, lealdade e partilha de tua amizade, é sempre uma benção.

Aos meus professores, todos sem exceção, têm um pouco de participação nesse trabalho.

Aos meus colegas, em todas as turmas que participei, não citarei nomes, pois a lista é bem extensa, obrigada... Obrigada... Obrigada...

Ao Professor Genes Duarte, meu orientador querido, e meu salvador de última hora, parabéns a você, chegamos... Nesse processo acadêmico de pesquisa na busca do conhecimento, tive muitas luzes a me guiar, sem elas nada disso seria possível, acredito que

todas foram provas fiéis da onisciência e onipresença de Deus, nesses anos desafiadores de minha vida.

Muitos nomes aqui não estão, mas não serão esquecidos, levarei sempre o agradecimento no coração e um pedido apenas, recebam sem palavras o agradecimento de alguém, que graças a tantos corações generosos tem tão pouco a pedir e tanto a agradecer...

Assis Chateaubriand e a Aliança Liberal tinham efetivamente conseguido transformar o cadáver de João Pessoa em uma verdadeira baleia encalhada numa praia de famintos. As últimas fatias daquele cetáceo político foram devoradas em oito páginas na edição seguinte de *O Cruzeiro* que sob o título *O Exaltador Funeral do Presidente da Paraíba*, transformaram o enterro da vítima numa colossal apoteose política.

**Fernando Moraes**



## **RESUMO**

Este trabalho corresponde a uma pesquisa, sobre a república dos “coronéis”, tendo como foco principal, o ex-presidente da Paraíba João Pessoa, que governou a Paraíba durante os dois últimos anos dos domínios Epitacista. O seu curto governo foi repleto de acontecimentos que conflitou com o domínio coronelista, gerando uma revolta dentro do seu próprio estado, que só vai ter fim após sua morte. A sua participação ao lado da Aliança Liberal, quebrando assim com o governo situacionista, quando vivo conseguiu inimigos de peso, e morto teve os inimigos enfraquecidos, diante do poder de um mito, gerado da necessidade de mudanças inerentes a muitos, esse Paraibano que segundo muitos historiadores teve participação ativa no processo revolucionário de 30, sem disparar um tiro, e nunca deixou transparecer sequer um desejo de ver o seu País em fogo cruzado, o seu mito o precedeu, e 50 anos depois seus biógrafos se debatem sobre ele, numa refrega literária onde o Homem perde, diante da tão atrativa divindade de um mito, e é nesse desenrolar que decorro, buscando um sentido para a sua trajetória, a quem devemos homenagem. João Pessoa é o seu nome, o que é mais forte nesse personagem, o Homem ou o Mito?

**Palavras chave:** João Pessoa. Coronelismo. Oligarquia. Política.

## **ABSTRACT**

This work represents a search on the republic of the "colonels", with the main focus, the former president of Paraíba Joao Pessoa, who ruled during the last two years of *Epitacista* domains. His short administration was full of events that conflicted with the coronelista domain, leading a revolt within his own state, which will only come to an end after his death. Their participation alongside the Liberal Alliance, breaking down with the situationist government when in life he got many important enemies, and dead had the enemies weakened, before the power of a myth, generated by the need for change inherent to many, this man that according to many historians took an active part in the revolution of 30, without firing a shot, never even hinted a desire to see their country in the crossfire, preceded his myth, and 50 years after his biographers struggle over it, a literary fray where man loses before the divinity of so attractive myth, and it's in this unfolding that I discourse, seeking a meaning for his history, that we must honor. João Pessoa is his name, which is stronger in this character, the Man or Myth?

**Keywords:** João Pessoa. Coronelismo. Oligarchy. Policy.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 1  |
| CAPÍTULO I – A OLIGARQUIA EPITACISTA .....                                   | 3  |
| 1.1 – Solon de Lucena e as obras contra as secas.....                        | 7  |
| 1.2 – João Suassuna e a crise das oligarquias.....                           | 9  |
| 1.3 – João Pessoa: a solução do tio Epitácio .....                           | 12 |
| CAPÍTULO II – JOÃO PESSOA: UM GOVERNO DE REFORMAS E CONFLITOS ...<br>.....   | 16 |
| 2.1 – João Pessoa, desafiante à “república dos coronéis” e à oligarquia..... | 17 |
| 2.2 – A guerra tributária e a imprensa .....                                 | 20 |
| 2.3 – A polêmica com a Igreja.....   | 22 |
| 2.4 – O Nego e Revolução de 30.....  | 23 |
| CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DO MITO: O MÁRTIR PARAIBANO .....                | 28 |
| 3.1 – A morte e a comoção social.....  | 28 |
| 3.2 – Dantas e Anayde: as duas tragédias em favor da glória liberal .....    | 31 |
| 3.3 – O mito heróico do presidente assassinado .....                         | 34 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 41 |

## INTRODUÇÃO

Ao tomar como centro de minha pesquisa a figura humana e mitológica de João Pessoa, percebi que apesar do personagem ser o mesmo, os papéis divergem: o homem, o político, o mártir, são condições que foram construídas ao longo do tempo por homens e mulheres, que divergiram e ainda divergem, quanto a áurea posta sobre a sua pessoa, e foi graças a esses olhares diferenciados que consegui delinear para o meu objeto de pesquisa características divergentes e convergentes desse político paraibano.

Alguns autores se esmeram em fortalecer o mito. Enquanto outros, mostram aspectos bem opostos, e João Pessoa deixa de ser um grande homem, quase um Deus, para se tornar uma figura ambígua, intrigante, cuja vontade se rendia à vontade do seu mentor político, o tio Eptácio Pessoa, e que entrou para a história como o homem do Nego, Nego este muito mal contado, que ao candidatar-se ao lado de Vargas pela Aliança Liberal, o presidente da Paraíba cedia mais uma vez a vontade do “tio Pita”, e que morto foi um troféu nas mãos de seus correligionários, que o tomaram como “um herói martirizado”. Gurjão, no seu livro *Morte e Vida das Oligarquias*, apresenta um João Pessoa envolvido num mundo que pedia mudanças, o mundo dos coronéis, mundo ameaçado por forças contrárias, como o tenentismo, e o próprio domínio capitalista.

No Capítulo I, tratemos sobre a república dos “coronéis,” seus caminhos os conchavos que tornou um governo que por ideologia devia ser do povo, num governo onde os ricos se tornaram mais ricos e os pobres mais pobres, focando principalmente os três últimos governos da oligarquia Eptacista na Paraíba: os governos de Solon de Lucena, de João Suassuna, até o breve governo de João Pessoa.

No Capítulo II compreende ao governo de João Pessoa, as reformas, as brigas com a imprensa, o seu relacionamento com a Igreja, o seu Nego, e a Revolução de 30.

Para o Capítulo III outros personagens aparecem, enquanto João Pessoa morto, crescia sob o foco da Aliança Liberal, uma tragédia era reservada ao seu assassino João Dantas e sua noiva, a quem a opinião pública foi levada a chamar de amante, um jeito depreciativo de se chamar uma mulher numa época marcada pelo preconceito feminino.

Discutimos ainda a construção do mito, sua criação, e manipulação num intuito que foi derrubar o governo de Washington Luiz, num golpe precedido por uma Revolução.

No intuito de me debruçar sobre a janela da história, é lógico que também busquei ouvir a quem mais de perto viveu aqueles anos de final de 20 a início de 30, e surpresa constatei que a campanha de imortalizar a figura de João Pessoa empreendida pela Aliança Liberal chegou aos recantos mais obscuros da Paraíba, como o sítio Cardeiro, no município de Bananeiras, onde morava a família de minha tia Ném, a quem devo a boa memória de cantar alguns versos que sabe de cor, versos esses que presam a memória do presidente assassinado, enquanto deprecia a figura de João Dantas, dando a esse características de um ser arrependido e suicida, dando assim, veracidade a versão de sua morte, tão amplamente divulgada.

O mito João Pessoa, cresceu ao ponto de se sobrepor-se ao homem João Pessoa, e isto o fez crescer, ser superior e dotado de virtudes, é como se os erros e falhas, do homem tivessem sido apagadas pelo sangue derramado, enquanto isso todos os defeitos dos seus adversários tomaram proporções tamanhas que nem hoje, após mais de 70, foram perdoados, e têm os seus nomes cobertos de suspeitas e mal quereres. O advogado João Dantas, que feriu de morte o presidente da Paraíba, teve o seu nome jogado na lama, seus motivos não tiveram peso diante da divindade com que foi coberta a figura póstuma de João Pessoa. É fantástico observar o poder que tem um mito se bem arquitetado, e como é possível uma boa propaganda ganhar a opinião pública, e continuar verossímil apesar de evidências contraditórias, e passíveis de (re)construções históricas e culturais.

## CAPÍTULO I – A OLIGARQUIA EPITACISTA

O período de transição da Monarquia para a República na História da Paraíba, assim como no vasto território nacional, não foi marcado como um grande e impactante momento político e social. As transformações na vida do povo brasileiro não foram executadas, nesse sentido, o Brasil que saía do jogo de uma Monarquia onde todo o poder “era outorgado ao Rei”, permaneceria com os mesmos nomes que compactuavam com a política imperial, atrelaram os seus quereres ao novo regime, e se garantiram no poder, diletos empreendedores do império tornam-se com a substituição da Monarquia para a República, homens republicanos.

Sendo assim, antigos vícios, carcomidas ideologias, que maculou os propósitos que estavam presentes na monarquia e fez emergir a República no Brasil, no cenário político da Paraíba, permaneciam os mesmos grupos oligárquicos, usando os mesmos métodos deploráveis que marcou o império. Para os historiadores denominada de “a República dos Coronéis”, onde predominava a perseguição política, o nepotismo, o clientelismo, o voto de cabresto, a falta de lisura com o patrimônio público, a compra e venda do voto, eram algumas formas de tomar o poder, através de um evento democrático, que era usado arbitrariamente, dentre essas formas de falsificação, outras ficaram muito conhecidas ; observemos o que nos fala Leal, em sua obra *Coronelismo Enxada e Voto*:

Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira República: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora, inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo poderosa dos mesários realizava milagres portentoso. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final. (LEAL, 1997, pp. 255-256).

Vendo as eleições na Primeira República por esse prisma, observemos que era praticamente impossível entrar ou permanecer no poder sem ter o apoio do Governo Federal ou do Estado, e sem usar de meios antiéticos e antidemocráticos.

No Brasil Republicano, a justiça era um embuste, a lei permanecia obscura e temerária, para os que não compactuassem com as injustiças cometidas pelos senhores de engenhos e

fazendeiros. As elites rurais no advento da República se consolidaram ainda mais, o federalismo incutiu aos Estados a autonomia de agir, favorecendo as oligarquias que permaneciam no poder, portanto estar de bem com o poder do Estado, e ter um número maior de eleitores era um componente predominante para se ter acesso às vantagens advindas com as políticas que marcaram o período da República Velha.

Na Paraíba, com o advento da República, as províncias passam a Estados, e com o crescente processo de regionalização, o estado passa a girar em torno do presidente do Estado, a “Política dos Governadores” instituída pelo Presidente Campos Sales (1898-1902) que se dava pelo o compromisso das oligarquias locais com o governador, através das trocas de favores, cada região do estado tinha o seu chefe, que tinha o seu curral eleitoral, esse curral era determinante para a manutenção do poder, a relação entre os “coronéis”, era a base para o crescimento e afirmação das oligarquias. Irônico perceber que a República tenha favorecido esta elite de mandões.

Desde a colônia os “coronéis” dominaram as terras, desde o Império comandaram a política. A República é uma ampliação do seu domínio, pós a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus. (CARONE, 1970, p.76).

Um coronel tinha um poder de mando que estava acima da política, influenciavam na vida da sua gente, causando uma submissão quase que absoluta.

Na Paraíba a base econômica e política eram frágeis, e as constantes disputas inter-oligárquicas, acabaram por dividir as oligarquias, para unir esses grupos burgueses, que compreendem a força política e econômica em seus interiores, entra em ação o Estado nacional, que funcionava com um poder de conciliação ou neutralidade. Essas lutas entre famílias na Paraíba foram constantes na Velha República. A historiadora Eliete Gurjão resume bem esse retrato presente no interior do Brasil.

Na Paraíba, durante a primeira república, as lutas entre famílias foram constantes e marcadas pela corrupção e violência”. Em seus municípios, situacionistas e oposicionistas, agrediam-se frequentemente. Era comum, coronéis mandarem seus “cabras” emboscar e agredir adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”. (GURJÃO, 2001, pp. 86 - 87).

Nessas lutas, valia tudo, e vencia quem tinha maior poder de fogo, e é claro, maior representatividade junto ao governador do Estado. Na Paraíba, em 1892 Venâncio Neiva e

Epitácio Pessoa, fundaram o Partido Autonomista da Paraíba, em oposição a Álvaro Machado e Valfredo Leal, fundadores do Partido Republicano Paraibano. Álvaro Machado, que foi nomeado por Floriano Peixoto para a presidência do estado da Paraíba, prolongou o seu poder durante 20 anos e veio a falecer em 1912. O período que compreende a transição do Alvarismo para o Epitacismo, ocorreu entre os anos de 1912-1915. Valfredo Leal e Epitácio Pessoa, após a morte do líder do Partido Republicano Conservador, juntos assumem o poder, a maior ascensão da ordem oligárquica na Paraíba se dá justamente nesse período. O acordo entre Epitácio e Valfredo é rompido antes das eleições de 1915. Percebendo o crescimento do seu correligionário, Epitácio compreende que afastá-lo é a melhor medida, a força dada pelos representantes da cúpula do partido no sentido de unir seus principais líderes não é possível, e dá-se a fragmentação do Partido Republicano Conservador na Paraíba. O PRC passou a possuir duas facções, a Epitacista e a Valfredista (Quadro I)<sup>1</sup>.

| <b>QUADRO I</b>  |  |
|--|--|
| <b><i>Transição do domínio Alvarista para o Epitacista</i></b>       |  |
| <b><i>A coligação dominante</i></b>                                  | <b><i>A oposição</i></b>   |
| <b><i>Partido Republicano Conservador Paraibano (Epitacista)</i></b> | <b><i>Partido Republicano Conservador Da Paraíba (Valfredista)</i></b> |
| <b>Neiva, Figueiredo, Pessoa, Lucena</b>                             | <b>Santos Leal, Machado, Milanez</b>                                   |
| <b>Cavalcante de Albuquerque</b>                                     | <b>Almeida</b>   |
| <b>Lauritzen</b>   | <b>Leite</b>   |
| <b>Bezerra Cavalcante</b>  | <b>Silva Mariz</b>   |
| <b>Suassuna</b>  | <b>Dantas Correia de Góis</b>  |
| <b>Agripino Maia</b>   | <b>Nóbrega, Carvalho</b>   |
| <b>Queiroga</b>  | <b>Sousa, Campos</b>   |
| <b>Pereira</b>   | <b>Agra, Porto</b>   |
| <b>Cunha Lima</b>  |  |
| <b>Holanda, Soares</b>   |  |

<sup>1</sup> Fontes: LEWIN, Linda. **Politics and parentela**. A case study of oligarchy. In: Brazil in Old Republic, New York: Columbia University Press, 1975, Table 3.2, p. 154. Tradução de Joanildo Albuquerque Buriti; RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **República Velha e oligarquias na Paraíba**. In: Paraíba – Conquista, patrimônio e povo. Série IV Centenário, João Pessoa: A União, 1983, pp.58-59.



Para melhor esclarecimento vejamos o que nos diz Gurjão:

O Epitacismo corresponde ao apogeu da ordem oligárquica na Paraíba. O ano de 1915 marca sua efetiva consolidação, ocasião em que sua vitória eleitoral consubstanciou o poderio da facção do Partido Republicano Conservadora na Paraíba, chefiada por Epitácio (GURJÃO, 1994, p. 60).

A autora confirma o poderio da oligarquia obtida através do pleito eleitoral, dado todos os requintes de torpeza a que era submetida às eleições, o fato é que o domínio Epitacista vai se manter até meados dos anos 30.

Para a consumação das eleições municipais com bons resultados para os candidatos, outras instâncias têm que mobilizar-se, pois, se faz necessário que nos municípios estejam no poder os grupos oligárquicos que compactuem com a política do Governo Estadual, o dinheiro gasto nas campanhas vem dos cofres públicos, e isto é um dos principais motivos que geram uma verdadeira guerra entre os candidatos. Isto se tornou uma política comum, observemos o discurso de Leal na sua obra *Coronelismo, enxada e voto*:

(...) Como é notório, são os cofres públicos que costumam socorrer os candidatos e os chefes locais governistas nessa angustiada emergência. Os auxílios são dados, algumas vezes, em dinheiro de contado, ou pelo pagamento direto de serviços e utilidades... Dos recursos, tradicionalmente ínfimos, de nossas municipalidades uma boa parte em época de eleições, destina-se a essa finalidade... O estado e, eventualmente a União e as entidades autárquicas, também costumam contribuir com fundos ou serviços, para uso exclusivo – é claro – dos candidatos governistas. (LEAL, 1997, pp. 66-67).

Esta política tem se estendido, mas é lógico sem haver fiscalização alguma, o que era tão comum acontecer na República Velha, esse fenômeno ocorria mais frouxamente, e com certeza os resultados dos sufrágios eleitorais eram negociados, deixando de ser um evento democrático.

As eleições na Paraíba seguiram os ditames característicos do coronelismo; a compra e venda de votos, o voto de cabresto, a corrupção e a violência, deu a todos os candidatos Epitacistas vitória absoluta, dessa forma garantiram-se no poder até 1930. As decisões políticas que foram adotadas na Paraíba, tinham o aval do chefe oligárquico Epitácio Pessoa, uma vez que nenhuma medida podia ser sancionada sem o seu conhecimento e aprovação. Mesmo distante, no Rio de Janeiro ou na Europa, se fez presente, exercendo sua autonomia nos rumos da política da Paraíba, sua influência e poderio local se excedia ao ponto de ameaçar qualquer um que ousasse

desafiar-lhe, como descreve GURJÃO (1994) ao relatar a que chegava a força política de Epitácio Pessoa: “o chefe político que ousar desafiá-lo sofrerá represálias, como ocorreu com Camilo de Holanda”.<sup>2</sup>

Para melhor entendermos sobre a influência que Epitácio Pessoa exercia sobre a política na Paraíba, nos deteremos nos três últimos governos Epitacistas, a sua presença na Presidência da República do Brasil (1919-1922.), não se desligou da política do seu Estado, ao contrário, ele teve sempre a última palavra, e veremos posteriormente, nas gestões dos seus últimos governos na Paraíba a obediência dos seus correligionários a sua vontade.

### **1.1 – Solon de Lucena e as obras contra as secas**

Solon de Lucena esteve no governo da Paraíba no período que coincide com a estadia de Epitácio pessoa no Catete (1919-1922), foi nesse período que foram injetadas grandes quantidades de verbas para obras contra as secas e para a construção do porto do Varadouro. Essas medidas tinham como objetivo minimizar os danos acarretados pelas secas, sendo que tais obras chegaram a incrementar a economia indubitavelmente, com o incremento das exportações, principalmente com o produto mais cotado, e também chamado “ouro verde”, o algodão, mas infelizmente não chegou a amenizar a fome e a miséria de grande parte da população.

A Paraíba entrava num período de projeção econômica e política de grande representatividade, mas a falta de decoro administrativo com todo esse capital, foi para a classe trabalhadora um mal, pois foi usado para aumentar ainda mais a fortuna e o poder das oligarquias vigentes, espoliando os poucos recursos dos mais pobres; enquanto utilizava sua força de trabalho sem lhes assegurar uma existência digna, esse quadro depreciativo que infelizmente caracteriza esse período de nossa História, é verbalizado de forma concisa por Gurjão ao referir-se as obras contra às secas que teve seu clímax no governo de Solon de Lucena:

Através dos contratos firmados sob a interferência dos oligarcas mais influentes, os “coronéis” ou seus correligionários, recebiam comissão de 10 a 15% sobre total despendido e tinham

---

<sup>2</sup>Camilo de Holanda, eleito presidente do estado sob indicação de Epitácio (regra geral desde 1915), substituiu alguns auxiliares do seu governo, que lhe foram impostos por Epitácio, por outros sem consultá-lo. Em carta, Epitácio chama-lhe a atenção para o seu dever de obediência absoluta ao partido (encarnado nele), cuja autoridade é incontestável.

oportunidade de distribuir benesses com os amigos fornecedores de materiais e ampliar sua clientela, distribuindo empregos. As obras se prolongavam por tempo indeterminado, consumiam enormes somas de dinheiro público e muitas vezes eram fictícias... Os trabalhadores das obras esses não raro, recebiam seus insignificantes salários através de vales a serem trocados por mercadorias a preços exorbitantes nos barracões dos “coronéis” contratantes. (GURJÃO, 1994, p. 59).

Entendemos que esse dinheiro não foi destinado às políticas públicas, a maior parte permanecia em poder das oligarquias dominantes, que usavam o dinheiro para interesses particulares e os pobres permaneciam cada vez mais pobres, trabalhando sob um sistema que beirava a escravidão.

Enquanto Epiácio Pessoa esteve no poder, a Paraíba teve com os programas de combate às secas a oportunidade de viver num momento de desenvolvimento teoricamente possível. Os gringos que aqui vieram com suas “parafernálias” abrindo poços, pavimentando rodagens, e especialmente gerando empregos, fez com que gente até de outros estados para aqui recorresse fugindo da fome e da seca. Essas medidas que foram tomadas com o intuito de acabar com problema das secas na Paraíba, não deram um resultado positivo, pois beneficiaram apenas a uma minoria – como, por exemplo, a construção de estradas, o porto do Sanhauá ( não concluído ), barragens, etc., não deram a Paraíba nenhum surto de desenvolvimento que se esperava.

Em sua obra *Morte e vida das oligarquias* Gurjão coloca a opinião do autor de *A Paraíba e seus Problemas*, José Américo de Almeida, sobre as obras contra as secas:

Em *A Paraíba e seus problemas*, José Américo de Almeida faz a apologia da política contra as secas de Epiácio Pessoa, mostrando a inutilidade das medidas postas em prática até então, cujos proveitos foram absorvidos pelos os chefes políticos locais, que dirigiam as obras, consumindo grande parte das verbas “no interesse partidário...”. (GURJÃO, 1994, p.323).

Dessa forma não havia um interesse das oligarquias dominantes de minimizar o problema das secas, mas, em fortalecer o seu grupo oligárquico, através da troca de favores.

A necessidade de uma vida melhor para os camponeses pobres lhes foi negada, o trabalho era duro e os rendimentos parcos. Nesse sentido a exploração veio em nome de um desenvolvimento que não se fez, a indústria das secas enriquecia os ricos e empobrecia os pobres, dependentes destes trabalhos emergenciais.

Foi essa leva de gente que teve que buscar outros rumos quando Epiácio deixou o governo. Após a labuta nas obras da “indústria da seca” aqueles que antes eram simples agricultores sabiam bem mais do que cultivar a terra, eram pedreiros, marceneiros, eletricitas e

todos desempregados, mas já não almejavam a labuta sem esperança numa terra seca, sob o jugo do senhor da terra, submetidos a meação e o cambão (forma de trabalho, que favorece a apropriação do valor pelos fazendeiros), sabiam e queriam mais, mas estavam jogados no mundo sem perspectivas, se a prosperidade foi um sonho, o fim dela se tornou um pesadelo sem definição.

## 1.2 – João Suassuna e a crise das oligarquias

João Suassuna recebe um Estado em crise, a leva de desempregados da “indústria das secas” engrossa as fileiras de cangaceiros, o tenentismo corre o Brasil clamando por moralização, e os grupos oligárquicos combatem-se, em rixas pelo o poder, e a sua incapacidade de governar só vai agravar ainda mais esse quadro.

No início dos anos 20 o cangaço passa a ter grande notoriedade, o que gera uma instabilidade de grande proporção. A Coluna Prestes, que tinha por líder Luiz Carlos Prestes, se espalha no interior do Brasil, bombardeando o poder dos “coronéis”. Esse fato causa uma intensa mobilização dos “coronéis” no intuito de derrotar o cangaço e a coluna. Por uma questão de oportunismo os coronéis puseram a Coluna no mesmo patamar que o cangaço, embora não houvesse entre a Coluna Prestes e o cangaço qualquer semelhança. O banditismo que caracterizava o cangaço, o roubo, a violência que foi muitas vezes utilizado pelos coronéis, com o objetivo de amedrontar os seus adversários, e que fez crescer assustadoramente a violência e a falta de justiça, visto que a justiça era feita de forma arbitrária pelos os próprios “coronéis” através de jagunços e cangaceiros. Eram fortemente combatidos pela Coluna Prestes.

A viabilidade do cangaço, não seria possível sem o apoio dado pelos “coronéis” que muitas vezes alimentavam, vestiam e armavam os grupos de cangaceiros, para que esses estivessem ao seu dispor nas lutas inter-oligárquicas. Isto teve início pela a necessidade que os “coronéis” tinham de manter ao seu dispor grupos de homens armados, vejamos o comentário de Santos:

O “coronel” era um grande fazendeiro que recebia sua patente do governo, podendo recrutar e armar homens entre 21 e 60 anos para reprimir revoltas locais e, caso necessário fosse, ajudar na repressão de revoltas provinciais. (SANTOS, 2006, p.12).

Essa abertura de poder, manter sobre sua tutela homens armados, agravou-se mais ainda quando começou a crescer os grupos de cangaceiros. Dentre os coronéis um dos mais afamados coiteiros de cangaceiros foi o coronel José Pereira, de quem o presidente João Suassuna era amigo,

a sua amizade com Lampião, e seu bando tantas vezes acionados para garantir os seus domínios, só vai ao fim, no governo de Suassuna.

Os motivos que levaram o coronel José Pereira, a desejar o fim desse tão útil cangaceiro, que tantas vezes lhe auxiliara, dar-se-á após o assalto a cidade de Sousa, feita sob o comando do irmão de Lampião, realizado em julho de 1924. Linda Lewin, no seu livro *Política e parentela na Paraíba*, discorre sobre o fim da relação que existia entre o cangaceiro Lampião e seu coiteiro, José Pereira. “Um dos poucos coronéis da Paraíba com força suficiente para resistir a Lampião, José Pereira Lima, de Princesa, havia-o protegido intermitentemente desde 1912 – aparentemente em virtude de conexões familiares. O ataque a Sousa mudou sua atitude”. (LEWIN, 1975, p. 303).

E a partir daí José Pereira passa a perseguir Lampião e seu bando, para tanto tinha a ajuda da polícia militar. A autora destaca ainda que o coronel José Pereira homiziara em princesa em 1923, o criminoso Epitácio Pessoa Sobrinho, da família Pessoa de Queiroz. Sobre esse crime Melo, destaca a conivência do governador João Suassuna: “Com João Suassuna no governo a situação para Epitácio Pessoa sobrinho melhorou, uma vez que aquele governante garantiu a sua permanência em Princesa. (MELO, 2003, p.71)”.

No seu governo João Suassuna, confirmou mais ainda o mandonismo, agindo acima das leis, abusando do poder. A coluna Prestes tinha por objetivo ideológico a desarticulação do coronelismo, empreendendo uma campanha que tentava desmascarar e desestruturar esse sistema que controlava a política no interior do Brasil e se estendia aos grandes centros.

Quando o poder do cangaço passa a ser temido, e a luta dos coronéis passa a ser a luta da polícia e a esses se juntam, com seus jagunços, para liquidar os bandos, juntamente a Coluna Prestes que passa a ser associada aos cangaceiros. A incompreendida Coluna deixa suas marcas... E marcas essas que não coincidem com a do cangaço, a ideologia e as metas podemos ver através do que nos deixou os seus principais líderes:

Motivos e ideais da revolução. Os líderes da coluna se manifestavam contra: “os impostos exorbitantes desonestidade administrativa, falta de justiça, mentira do voto, amordaçamento da imprensa, perseguições políticas, desrespeito à autonomia dos estados, falta de legislação social, reforma da constituição e o fim estado de sítio” (MORAIS E VIANA, 1978, p. 46).

Bem diferente do cangaço a Coluna tinha uma ideologia, que colocada em prática caso a coluna fosse vencedora, tudo ao que o coronelismo se apegava para a manutenção do mandonismo iria ter fim, por isso foi tão temida e tão violentamente derrotada. A passagem da Coluna Prestes na Paraíba foi marcada pelo triste desfecho ocorrido em Piancó, o trágico episódio da morte do

padre Aristides Ferreira da Cruz.

A propaganda acirrada que o governo paraibano e da Igreja fez contra a coluna fez com que grande parte da população se colocasse ao lado dos governantes no intuito de defender o Estado, mas a coluna não foi de todo derrotada houve quem pegasse em arma para defender os seus ideais, vejamos o discurso do autor de *A Coluna Prestes: A Paraíba armada*; ao relatar a ineficácia do manifesto que a Coluna Prestes escreveu ao povo paraibano;

De nada adiantou o manifesto *Ao Povo Parahybano*, pois a propaganda oficial recebeu o apoio incondicional do jornal *A Imprensa*, de orientação religiosa e sob a direção do Cônego Nicodemos Neves. No entanto, militares e civis paraibanos foram sensíveis à causa revolucionária ao estourar uma revolta no bairro de Cruz das Armas, na capital paraibana. (SANTOS, 2006, p. 70).

Apesar do discurso oficial apresentar a Coluna Prestes de forma negativa, essa deixou suas marcas também no território paraibano, mostrando que o povo paraibano não estava tão satisfeito com o rumo de sua história.

A “grande marcha revolucionária” teve seu término no dia 3 de fevereiro de 1927, Luiz Carlos Prestes, segue para a Bolívia com 620 sobreviventes. O seu parecer, portanto como líder da coluna sobre o que encontrou no interior do Brasil, nos faz ver o descaso do poder constituído com relação ao povo sob o seu domínio, e desmistifica o mito do homem bom que durante tanto tempo caracterizou os coronéis da Velha República.

Vi homens passando fome, outros sem roupa, muitos sem remédios para suas doenças, vi homens ajoelhados no chão esburacando o solo, com facas de cozinha sem cabo. Pegava m nas lâminas das facas, ou seja, estavam mais atrasados que os índios” (MORAIS E VIANA, 1982, p. 46).

Esse retrato apresentado pelo o líder da coluna Luiz Carlos Prestes, “O cavaleiro da Esperança” como o chamou o escritor baiano Jorge Amado, era a imagem do cotidiano em que vivia grande parte da população paraibana onde entendemos a conclusão dada a esta por Denis de Moraes e Francisco Viana:

Duas conclusões são inquestionáveis: 1. embora derrotada a coluna golpeou duramente as carcomidas oligarquias e feriu mortalmente a República Velha; 2. Prestes se projetou nacionalmente como líder militar e herói popular. (MORAIS E VIANA, 1982, p. 84).

Isso evidencia que a propaganda dos coronéis no intuito de desmoralizar a Coluna Prestes,

não surtiu o efeito esperado, essa apesar de todas as adversidades sofridas, deixou suas marcas, abalou o poder das oligarquias, e o seu líder Luiz Carlos Prestes não ficou no anonimato.

Apesar de tão diversos, a coluna e o cangaço tiveram em sua perseguição, os mesmos “batalhões patrióticos”. Vejamos o que nos informa Gurjão.

(...) É neste contexto que se unem mais ainda as oligarquias e o governo do estado, para combate ao cangaço e à coluna Prestes, ambos temidos por colocar em risco a ordem oligárquica. O presidente Suassuna organiza os chamados “batalhões patrióticos”, constituídos de coronéis e jagunços para perseguir Lampião e os tenentes em marcha pelo interior da Paraíba, tratando-os indistintamente como cangaceiros. (GURJÃO, 1994, p. 66).

Os coronéis tencionavam deixar a coluna prestes desacreditada, e temida pela a população. O governo de João Suassuna deixou a Paraíba numa situação difícil. Apesar do diploma de bacharel em direito, agia como um coronel interiorano, não tinha jeito para discursos, e no seu governo, a parte burocrática como documentos, arquivos, etc. não eram bem cuidados, o seu sucessor encontrou os cofres vazios e o estado em débito com os funcionários públicos. A permanência de João Suassuna foi acometida por uma série de desmandos, que converteram a Paraíba num estado onde os pobres eram cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. Vejamos o texto de Wellington Aguiar:

A Paraíba de João Suassuna e do coronelismo nada tinha que pudesse ser elogiado, exceção feita às suas belezas naturais. (...) O analfabetismo ainda campeava no estado. Mais de 80% não sabiam ler. E os serviços de saúde, por demais precários, (...) morria-se demais. A idade média de vida não chegava aos 45 anos. (AGUIAR, 2005, p. 87).

Esse quadro de desmando, que caracterizou o estado paraibano no governo de João Suassuna (1924-1928) foi durante a República Velha, principalmente no que se refere ao analfabetismo, algo comum, infelizmente. O estudo era um artigo de luxo e muitos poucos tinham acesso a esse bem, salvo os filhos dos coronéis que estudavam para obter um título de Doutor e manter firme o mandonismo empreendido pelos pais.

### 1.3 – João Pessoa: a solução do tio Epitácio

Apesar da má administração que fizera, João Suassuna continuava como um nome de grande representatividade na Paraíba, e para confirmar esse poder ele tinha para a sua sucessão um homem seu, e esse homem era o chefe de polícia Júlio Lira, e como vice o Coronel José Pereira. Apesar de o seu candidato não ter a simpatia de muitos que compunham o partido dominante, esse teria sido o seu sucessor se não fora o veto do Sr. Epitácio Pessoa, que tinha um outro nome, o do seu sobrinho, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

Epitácio Pessoa preocupado com as contendas locais, preferia alguém neutro que não tivesse compromisso com as classes dominantes e pudesse agir com mais liberdade. Esse seu pensamento fica explícito na fala de Gurjão.

“Para mim, a primeira condição do candidato hoje, sob o ponto de vista do nosso interesse interno, seria o ser de fora do estado, não está envolvido diretamente na sua política e, portanto não ter nela preferência ou prevenções de pessoas ou de grupos. Isto lhe daria isenção e autoridade bastante para resistir a certas injunções, por cobro a uns certos abusos, selecionar e moralizar a política...”. (GURJÃO, 1994, p.70).

Para aparar essas arrestra ninguém mais plausível que um membro de sua família, e que via na sua pessoa, mas que um chefe, um salvador, para esclarecer melhor essa afirmação veja o que nos apresenta MELO (2003), quanto à relação de admiração e gratidão de João Pessoa com o seu tio Epitácio: “Se não fosse meu tio Epitácio, eu, meus irmãos, meus primos, não passaríamos de reles carregadores nas alfândegas do Recife”.

Ao tio Epitácio, João Pessoa deveu sua chegada ao governo do Estado da Paraíba, apesar de ter ficado apenas dois anos no comando do Estado, destacou-se por ser o mentor de práticas de governo que resultou no colapso da oligarquia Epitacista.

Ao mexer com o fundamento da oligarquia que era os coronéis, que teriam que submeter-se à tutela governamental, ou seja, à tutela dele, João Pessoa, sua autoridade não foi comedida quando passou a fiscalizar as obras públicas, a fazer prisioneiros nas grandes fazendas onde os coronéis dispunham de seus jagunços como instrumentos de morte, “embora não encontremos relatos de senhores coronéis que tenham sido presos por cometerem esses delitos” (JOFILLY, 1985), a subordinação ao fisco, o desarmamento dos coronéis, o fim do acúmulo de cargos, deu a



João Pessoa um acúmulo significativo de inimigos.

À medida que colocava a capital como centro comercial do Estado, enfraquecendo assim o domínio que a capital do Pernambuco exercia sobre a Paraíba, concedeu ao presidente a amizade dos que compunham o centro comercial da capital, em contra partida tendia para se a oposição dos de Recife, com essa medida a articulação da Paraíba passou a ser mais dinâmica com os mercados internos.

Algumas mudanças colocadas em prática no governo de João Pessoa já haviam sido sugeridas como veremos a seguir, João Pessoa agia de acordo com alguns desejos de seus compatriotas, que sentiam-se espoliados pelos privilégios concedidos a Recife:

A associação Comercial da Paraíba, em 1926 manifestara-se contra tal situação, sugerindo ao governo do estado uma política tributária que neutralizasse as facilidades do comércio com Recife, revertendo a situação em proveito da Paraíba. Quanto aos impostos de exportações recomendavam mudanças. Restabelecendo a diferença de taxa entre as barreiras e a de nosso porto de mar, pleiteavam a equiparação dos fretes marítimos de Cabedelo ao de Recife. (GURJÃO, 1994, p. 73).

Vamos perceber, portanto que a Capital paraibana, era prejudicada, pois, pagavam taxas elevadas de imposto, enquanto, os estados vizinhos, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, eram favorecidos, pois, para eles, era minimizados os impostos de exportação cobrados no sertão. A secretaria da fazenda passou no governo de João Pessoa a arrecadar os impostos, essa centralização, que dava a máquina do governo, o poder de arrecadar e fiscalizar depreciou o poder da oligarquia coronelística, todas essas mudanças, foram a princípio depreciadas pelos chefes oligárquicos, mas esse descontentamento se transforma em cordata por alguns componentes das classes dominantes, veremos pois a respeito desse fato a afirmação de Gurjão.

A princípio, as oligarquias não absorveram as modificações administrativa e as medidas saneadoras do novo governo. Mas num segundo tempo, vendo garantidas as estruturas, alguns seguimentos das classes dominantes aceitaram as inovações, enquanto outras reagiam, provocando irremediável traumatismo político. (GURJÃO, 1994, p. 71).

Os usineiros sentiram-se prejudicados pelas medidas do novo presidente da Paraíba, o livre comércio que esses mantinham por Pernambuco através do grupo Pessoa de Queiroz, que exportava sem problemas o açúcar do vale do Paraíba para os portos do norte, houve com a reforma tributária uma drástica mudança para pior, e os usineiros que já sofriam com a queda do

preço do açúcar, se voltam contra a João Pessoa, ocasionando rachas nos grupos oligárquicos da Paraíba, como perceberemos.

O rigor com que governou, a sua prática de ir até as últimas conseqüências, gerou graves problemas como relata Fernando Melo: “Como Presidente do Estado quis implantar, a qualquer custo, a lei e a ordem e tornou-se um expert em colecionar inimigos. Não Houve quem previsse, antes da sua posse, que seria deposto ou morto”. (MELO, 1994, p. 16).

Dentre essas práticas destacamos a sua negação de se firmar ao lado do presidente Washington Luiz, indo fazer dupla na chapa do gaúcho Getúlio Vargas. Nem a Igreja escapou das vassouradas, tirar o nome de Deus da constituição, obrigar o contrato civil junto ao casamento religioso, foram atitudes de João Pessoa, que causaram polêmica na Paraíba católica de fins dos anos 20. Seu assassinato na Confeitaria Glória, foi o desfecho de sua história de vida, e abriu uma história póstuma, de grande proporção, que serviu aos interesses da Aliança Liberal, e tem-se perpetuado, como uma figura mitológica.

## CAPÍTULO II– JOÃO PESSOA , UM GOVERNO DE REFORMAS E CONFLITOS

João Pessoa assumiu o governo da Paraíba, atendendo a um pedido do seu tio e bem feito, Epitácio Pessoa, no Processo de Sucessão, algumas idéias divergiam, de um lado o desejo do líder, que era apesar da ausência, ainda Epitácio, e do outro, o próprio Suassuna, que pretendia para sua sucessão Júlio Lira, e para vice, o coronel José Pereira.

A pretensão de Suassuna, e os seus iguais, almejava para a Paraíba, a continuidade do mandonismo a que vinha sendo entregue, desde o início da Velha República, e que tornara-se mais contundente nos últimos 15 anos, sob a tutela eminente da figura de Epitácio Pessoa:

Tendo subjugado o Estado, o coronelismo pretendia perpetua-se no poder com tais intenções materializando-se na chapa dos três jotas – Júlio Lira, José Pereira e José Queiroga – com quem Suassuna tencionava, não só prover a própria substituição, mas rodízio presidencial nos quadriênios seguintes, de modo a assegurar uma espécie de militarismo sertanista. (MELO, 1994, p. 94).

Esses nomes tão ligados a João Suassuna, que compunha a chapa dos três jotas, representavam a liderança dos coronéis sertanistas, a quem o próprio presidente representava.

A aceitação de João Pessoa, para a sucessão do poder executivo do Estado, compreende no que antes já afirmamos, que, mesmo sem compactuar com as idéias, dos que faziam a política Local, era Epitácio quem dava as cartas, e se ele não concordava com a trilogia dos jotas, indicando para a sucessão um nome de sua família, nada mais costumais do que obedecer. É claro que isso não se dava pela a força da ignorância, Epitácio era um estadista, um líder, a correspondência que manteve com o então presidente Suassuna para lhe por a par de sua indicação para a sucessão na presidência, pode confirmar essa tendência do tio “Pita”, a quem João Pessoa venerava e os coronéis da Paraíba obedeciam.

“Para mim, a primeira condição do candidato, hoje, sob o ponto de vista do nosso interesse interno, seria o ser de fora do estado, não estar envolvido diretamente na sua política e, portanto, não ter nela preferência ou prevenções, de pessoas ou de grupos. Um que no meu entender possui todas as condições é João Pessoa...”. (MELO, 1994, p. 101).

Esse parecer de Epitácio Pessoa deixava o grupo dos 3 jotas totalmente de lado, pois, estavam envolvidos com a política local, e já possuíam suas próprias preferências, estando

totalmente fora das condições desejadas pelo líder da situação.

E assim, veio João Pessoa do Rio de Janeiro, onde segundo o jornalista Fernando Melo deixa sua família, e vem como ele mesmo disse em conversa a um familiar “dar com os costados na Paraíba”.

Num determinado tempo retirado, e pouco dado a apresentações públicas, dava a impressão de ser um homem, austero e angustiado, a guisa de resposta a uma manifestação que estudantes paraibanos no Rio de Janeiro, quiseram promover-lhe, recusou-a dizendo-lhes:

“Sou por índole, infenso a manifestações. Vivi sempre a vida humilde dos meus lembrados pais. Habituei-me com o meu viver-pobre, retirado sem encantos, sem festas, sem prazeres, Vivi em uma palavra, a minha meninice, a minha mocidade, dentro da vida sem viver...”. (ALBUQUERQUE, 1979, p.113).

Essa sua afirmação sobre “preferi a vida pacata”, não confere com os seus feitos quando presidente da Paraíba, e alguns dados que veremos posteriormente desmentem essa característica de João Pessoa que possuía uma personalidade um tanto ambígua.

## **2.1 –João Pessoa, desafiante à “república dos coronéis” e à oligarquia epítacista.**

Para manter o poder os coronéis faziam uso de todo e qualquer expediente, desde a mentira, o roubo e o assassinato, numa terra onde a polícia fechava os olhos a todo o tipo de arbitrariedade, era costumeiro o silêncio. As vozes que se fizessem ouvir no sentido de oposição a esse estado das coisas, calavam-se sob o julgo feroz dos que dispunham do poder. Os coronéis acoitavam assassinos, e para manter a “ordem” tinham sob o teto de suas vivendas, verdadeiros arsenais, aprisionavam, matavam e humilhavam, com a omissão e muitas vezes a admissão dos que deviam agir contra essa gana de injustiça, e por conveniência se deixava acanalhar e se moldar na lama de um sistema que envergonhava os cidadãos da Paraíba. João Pessoa recebe sob a ordem do seu tio Epitácio Pessoa o governo da Paraíba, num pleito onde não lhe houve oposição.

No seu discurso de posse, deixou evidente que o seu governo não seria apático, e que novidades iriam se suceder no universo da política paraibana. O homem que se dizia dado ao retiro, não economizou nas palavras, e no seu discurso, chamado de “discurso rebelde” por Melo, demonstrou que não se refugiaria dos problemas vigentes, e principalmente não compactuaria com

muitas políticas sociais que se prevaleciam há muitos anos no cenário do poder paraibano. Os poderosos da Paraíba tinham a que temer, o novo presidente deixou claro que os interesses da sua terra seriam os seus. Vejamos um pouco do seu discurso: “Não olhei amigos, não atendi unicamente as aspirações legítimas dos correligionários. Procurei cercar-me de elementos partidários de matizes diferentes e de não-partidários”. (MELO, 2003, p. 112).

Seria em outras palavras um governo que agiria de acordo com o que lhe parecesse melhor, seria ele que determinaria os rumos do seu mandato. Não fez promessas, nem se justificou com uma máxima que por certo fez eco por muito tempo nos ouvidos de conterrâneos adaptados a longas listas de promessas tão comuns nos discursos de posse de seus governantes. João Pessoa fugia à regra: “Não foi por originalidade que fugi a praxe. Não gosto de prometer para faltar. (MELO, 2003, p. 113).

Assim estaria ele livre para agir, afinal quem promete deve. Numa política onde a troca de favores era tão contumaz, com certeza ele, João Pessoa, começou inovando.

Um prenúncio de mudança mexeu com o poder estabelecido, e ela não tardou a chegar. Para melhor nos inteirarmos, vejamos trecho de matéria publicada em *A União*, de 11 de outubro de 1929, onde João Pessoa traça um diagnóstico sombrio do Estado:

Logo que assumi o governo, (...) verifiquei que tudo estava enfeudado às chefias políticas. O chefe político situacionista não se limitava às suas preocupações ou aos seus deveres partidários. Nos municípios sobretudo, com honrosas exceções, ele intervinha discricionariamente no mecanismo administrativo. Arrecadava e dispunha, como bem entendia, das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça mas não se deixava justificar”. (MELO, 2003, p. 119).

João Pessoa demonstra não gostar do que via na política do seu estado. A forma como os “coronéis” dispunham do poder público, foi duramente questionada. De fato, a insatisfação pronunciada deixou os “coronéis” atentos.

Nas fazendas dos coronéis havia armas, inclusive o arsenal que ficara da luta contra a coluna Prestes estava localizado na fazenda de José Pereira, o terceiro na chapa de João Pessoa, que caíra consideravelmente e que tendia a cair mais, pois João Pessoa não perdoaria nem seus correligionários mais próximos. Para melhor compreensão, vejamos o episódio narrado pelo historiador José Octávio.

(...) O evento envolveu o epítacista Nilo Feitosa, prefeito e chefe político de Monteiro, que vítima de atentado na sede do município, recambiou o suspeito para uma de suas fazendas onde procurou extorquir confissão na presença do suplente de Juiz, delegado e destacamento policial. Apesar do

telegrama enviado desesperadamente por Feitosa protestando inocência, todas essas autoridades foram sumariamente demitidas com a punição estendendo-se ao promotor da comarca que não formalizou a denúncia. (MELO, 2003, p. 120).

O que não estava a contento para o Presidente, era radicalmente mudado. Dentro desse contexto, é premente a insatisfação por ele plantada nos redutos dos coronéis. Sobre o poderoso José Pereira, o autor de *João Pessoa, uma biografia*, relata que o novo delegado de Princesa, “o município onde o coronel mandava e comandava recebeu carta branca e ordens expressas para não ouvir José Pereira”. (MELO, 1994).

Dado o poder que José Pereira tinha, era de se esperar uma reprimenda, mas João Pessoa confiava no seu poder.

O coronelismo passava por uma crise sem precedentes na história da Paraíba, e Epitácio Pessoa adverte ao sobrinho, o que não seria a primeira vez:

“Já te disse mais de uma vez; ninguém pode estripar num instante vícios arraigados desde anos; deve-se ir com jeito, pouco a pouco, para não chocar violentamente a mentalidade do meio. É preciso não esquecer que esses vícios se tornaram, pelo hábito, fatos normais, o que atenua sobremodo a responsabilidade de quem os pratica”. (MELO, 2003, p. 121).

Ao que parece João Pessoa apesar do respeito supremo que tinha ao tio, não o obedece, ao contrário, segue impondo o seu poder, impondo-se acima da política dos coronéis. Como vamos percebendo, no decorrer do curto governo de João Pessoa, apesar da obediência, do desvelo, que sempre demonstrou pelo tio, a sua advertência não foi obedecida, a propósito muitas de suas medidas fugiam das idéias do tio, a cordata não fazia parte dos seus propósitos, não era muito adepto do diálogo, a sua vontade excedia a lei, nem o tio o controlava. Apesar de no seu discurso de posse demonstrar uma têmpera mais ponderada, contrariou-se, pois naquela oportunidade disse: “Não é possível corrigir hábitos inveterados de um povo apenas em um ou dois quatriênios”. A situação política e social da Paraíba não era novidade para o chefe do executivo, os desmandos e a inoperância da polícia eram fato, mas o presidente não demonstrou paciência, e partiu para o impossível, pois o que disse não ser possível mudar, foi justamente daí de onde partiram as suas mais radicais mudanças.

## 2.2 – A guerra tributária e a imprensa.

Muitas medidas tomadas por João Pessoa, foram contra o coronelismo, as famosas vassouradas deviam varrer para longe das fronteiras paraibanas os vícios que se tornaram comuns ao longo dos anos. Ao não ouvir a advertência do tio que o preveniu quanto à impossibilidade de mudar esse quadro de forma drástica num curto prazo de tempo, enveredou-se mais ainda na luta sem trégua, de alcançar quem sabe um sonho improvável, beirando as raias do impossível.

As reformas tributárias, medidas alfandegárias tomadas com o intuito de melhorar a situação econômica, gera a guerra tributária, combatida através da imprensa. Reformas essas que tiveram início quando o Presidente tira dos coronéis a máquina fiscal, que passa a ser controlada pela Secretaria da Fazenda, e com o novo imposto de incorporação ou de “barreira”, diminui assim o papel intermediador das praças comerciais vizinhas.

O grupo Pessoa de Queiroz, os magnatas da praça comercial de Pernambuco, entraram numa luta acirrada com o presidente da Paraíba, a guerra tributária como foi conhecida se dava através da imprensa, as ofensas lançadas feriam a um e outro, *A União*, jornal oficial do Estado foi usado pelo presidente para depreciar os primos de Pernambuco, e estes utilizavam-se do *Jornal do Comércio* para achincalhar o chefe do poder executivo paraibano. Embora o Sr. Epitácio Pessoa pedisse mais moderação do sobrinho, esse, dono de um temperamento intempestivo, se excedia cada vez mais, e com medidas inconstitucionais queria vencer a luta a todo custo. Fernando Melo, conclui sobre essa briga:

“Essa briga pela imprensa cessou quando o imposto deixou de ser cobrado. Finalmente o supremo Tribunal Federal o considerou inconstitucional. Mas para João Pessoa, o desgaste foi muito grande. O embate solidificou ainda mais, como já vimos, o ódio entre os primos”. (MELO, 1994, p. 101.)

Se essas medidas mesmo inconstitucionais passavam pela Assembléia Legislativa era porque a sua autoridade não era contestada, submissa a Assembléia rendia-se às suas ordens e às suas atitudes ditatoriais.

“Fez tudo de afogadilho, de forma destemperada, ao seu estilo autoritário. Impôs de cima para baixo, com uma Assembléia Legislativa submissa que só teve coragem de negar apoio ao chefe de Estado quando este quis tirar o nome de Deus da constituição, e mesmo assim por pressão da Igreja”. (MELO, 2003, p.127).

Assim sendo, é notório que o nosso poder Legislativo não possuía voz ativa diante do Presidente João Pessoa, servindo pois de marionete, pelo o poder Executivo.

Apesar de todo o seu autoritarismo, nem assim ele impediu que o seu nome fosse motivo de chacota, quando numa das suas medidas inconstitucionais, passou a cobrar taxas sob os veículos que circulavam nas estradas. Foi apelidado de “João Porteira”. Foi um apelido que pegou e veio do seu próprio irmão Cândido Pessoa, que ao chegar à Paraíba de automóvel, lhe foi cobrado o tal imposto.

Para João Pessoa, se as leis eram empecilhos para o seus objetivo, ele mudava as leis ao que lhe parecesse viável. A respeito de sua popularidade o seu perfil de homem público não era desagradável e despertava simpatias.

A essa altura, era grande a popularidade do presidente. Em Patos, por exemplo, o futuro interventor Gratuliano Brito perguntou a um matuto que estava achando do novo governo. Recebeu como resposta: “Depois que esse homem tomou posse, até o sol está nascendo diferente”. (AGUIAR, 2005, p. 112).

Essa provável simpatia que despertava, talvez deva-se a medidas como a sua antipatia ao cangaço, reforma dos presídios, permitindo aos presos uma situação mais humana. Essas medidas agradavam a população, principalmente a mais pobre, pois os ricos não eram presos em celas fétidas, e muitos cangaceiros ainda serviam nas fazendas dos coronéis , fazendo-lhes “favores”. Além disso suas medidas alfandegárias tiravam a Paraíba do vermelho.

Talvez lhe faltasse o lado moderado do seu “bom tio Pita”, mas algo lhe sobrava, e esse algo era vontade de agir., e para tanto se colocou acima da própria sociedade. Fernando Melo, o autor da biografia de João Pessoa, traduz bem essa máxima: “João Pessoa veio governar querendo ‘o predomínio do estado sobre a Sociedade’”. (MELO, 2003, p.167).

Como já vimos, essa indisposição com o poder estabelecido, e tendo a sua própria família um quinhão bem considerável nesse poder, foi com ela também que ele teve que se debater. Os Pessoa de Queiroz, quando sentiram-se prejudicados pelas mudanças do paraibano, porque as tais medidas alfandegárias lhes dificultava a liberdade de ir e vir mercadorias do interior paraibano para os portos de Recife, desferem sobre o primo governante uma forte enxurrada de ofensas, usando o *Jornal do Comércio* com o objetivo de minar as forças de João Pessoa, e através de medidas legais, deitar por terra as medidas inconstitucionais que enchiam os cofres do Estado, mas que diminuía os ganhos do grande grupo dos irmãos Pessoa de Queiroz.



### 2.3 – A polêmica com a Igreja

João Pessoa e a Igreja viveram momentos polêmicos, esse relacionamento não chegava a ser inamistoso, salvo quando o presidente querendo fazer valer a vontade do seu tio Pita, quis tirar o nome de Deus da Constituição. “Em nome de Deus” a Igreja foi à luta, e como havia um número considerável de católicos na Assembléia Legislativa, o nome de Deus continuou lá. João Pessoa nesse ínterim, veio a agir com prudência, ao sentir que não conseguiria reverter essa questão ao seu favor deixou pra lá o “nome de Deus”, mas o seu nome já estava bem queimado no fogo cruzado da imprensa. Vejamos o que relata Fernando Melo: “Sob o título *Mitos Liberais – À margem da carta do senador Epitácio Pessoa*, o jornal da Igreja publicou ‘três magistrais artigos de crítica ao parecer daquele eminente jurista sobre a constituição da Paraíba’”. (MELO, 1994, p. 137).

Esse parecer que seria a retirada do nome de Deus da constituição paraibana, e que era defendido por João Pessoa, essa foi uma das poucas medidas que não for apoiada pela a Assembléia Legislativa.

Uma outra atitude de João Pessoa que rendeu alguma polêmica foi o acordo que este quis fazer com a Igreja, sobre o contrato civil, que ele pretendia que fosse realizado junto ao casamento religioso. Em carta a D. Adauto Aurélio de Miranda, justifica essa sua proposta, alegando que isso impediria que uma pessoa casada no religioso viesse a assinar um contrato civil com outra, e concluía nesses termos:

“E, por outro lado, ficará assegurada a sucessão legítima da prole. Não se dará a dispersão do patrimônio da família, em prejuízo de pessoas que com o contrato civil teriam adquirido a qualidade de herdeiros necessários... Procurarei, para facilitar esse acordo que, estou certo, vossa excelência acolherá de boa vontade, tornar efetiva a gratuidade do casamento civil estatuída pela constituição, com isenção de qualquer ônus, baixando nesta data, um decreto que declara, a respeito, o verdadeiro sentido do regimento de custa do Estado. Apresento a vossa excelência a segurança do meu atencioso apreço. “João Pessoa”. (MELO, 2003, p. 134).

Mesmo tendo uma boa relação com o governo de João Pessoa (salvo no caso da mudança na constituição) esse acordo não foi oficializado. A preocupação de João Pessoa em garantir a segurança do patrimônio não foi o suficiente para eliminar as dificuldades tais como a distância da

sede da comarca e a da paróquia e a condução.

Apesar de divergirem em alguns pontos, o governo de João Pessoa e a igreja tinham alguns pontos em comum, inclusive quanto à guerra tributária. O órgão oficial da arquidiocese era favorável às medidas de João Pessoa.

Em 27 de abril de 1929, editorial sobre o título regime tributário – pela defesa de nossa praça faz uma crítica a favor do governo, vejamos texto colhido do autor Fernando Melo:

Censura a campanha movida pelos magnatas do comércio e da indústria de Pernambuco contra as medidas do Presidente João Pessoa, assegurando ser comezinho o direito de todos os Estados de protegerem a sua produção, a sua indústria, o seu comercio, mesmo agravando com tarifas elevadas as mercadorias importadas”. (MELO, 2003, p. 134)

Certamente esse apoio dado pela a Igreja através de seu jornal à reforma tributária feita por João Pessoa deu ao presidente certa popularidade, visto o poder da Igreja sobre a população.

#### **2.4 – O Nego e a Revolução de 30**

A Paraíba, via chegar ao fim da década de 20, palmilhada de transformações, as vassouradas de João Pessoa eram sentidas em boa parte do território nacional, lutas e conflitos eram comuns no governo do sobrinho de Epitácio Pessoa.

A Guerra de Princesa foi mais uma consequência da prepotência de João Pessoa, que para fazer valer a sua vontade agia muitas vezes de forma intempestiva, segundo Melo a guerra de Princesa poderia ter sido evitada. João Pessoa com a pretensão de manter a Família Dantas, naquele momento os mandões de Teixeira, sem o controle das eleições, enviou reforço militar, reforço esse que foi mando embora, para culminar o Presidente João Pessoa envia a Teixeira o tenente Feitosa, inimigo dos Dantas de Teixeira. Aquele usa e abusa do poder, bate, prende e ameaça, até mesmo a mulheres da família Dantas. Deste modo os Dantas pedem apoio ao amigo de Princesa, o coronel José Pereira, no que são atendidos, e expulsam de Teixeira ao tenente e aos seus soldados. Os Pessoas de Queiroz apoiam ao Coronel José Pereira, e sem temerem uma intervenção federal, começam uma luta onde muitos tombaram sem vida.

Nesse ínterim outro acontecimento se desenrola no cenário Nacional, a sucessão presidencial. Washington Luiz, o presidente representante da política do “café com leite” lança

para sua sucessão, não um mineiro como rezavam os ditames da “política café com leite” e sim um paulista, o então governador de São Paulo Júlio Prestes, ao quebrar o sistema de rodízio, o representante mineiro vai a forra e busca apoio no estado do Rio Grande do Sul. A união desses dois estados para derrubar o candidato da situação não foi algo fácil, como nos esclarece Fernando Melo: “São muitas as conversações, a busca de um entendimento, com o Rio Grande relutante. Afinal enquanto o governo federal tomava medidas intransigentes contra Minas, facilitava uma série de transações com o Rio Grande.” (MELO, 2003, p. 154).

O Rio Grande do Sul, não tinha tão graves motivos para se debandar para a oposição, ao contrário de Minas, a quem o governo federal depreciava.

Mas devido a intransigência do presidente, que não aceitava outro candidato a não ser o seu, Minas e Rio Grande do Sul se unem em definitivo. O candidato a presidente seria o gaúcho Getúlio Vargas, foi entre esses dois Estados que se edificou a Aliança Liberal. A Paraíba não contava ainda, mas ao se buscar um nome para vice, e após a negação de Pernambuco e Bahia em aderir à Aliança Liberal, é lembrado por fim o nome do senador Eptácio, ex-presidente, grande nome na política nacional, e é através do seu tio que mais uma vez João Pessoa é lembrado e reivindicado no cenário político, mas para assumir o compromisso com a Aliança Liberal ele tem que negar apoio à situação. Observemos o trecho a seguir:

É por demais importante a observação de Inês Caminha, quando diz “esse ato de coragem política era, em sua quinta-essência, um gesto de obediência aos ditames traçados por Eptácio Pessoa, em carta que respondia a consulta feita pelo presidente paraibano com referência à posição que deveria tomar quanto a sucessão presidencial. (MELO, 2003, p. 158).

Com essa atitude, João Pessoa passou a sentir o peso de sua palavra, quando o governo federal passa a persegui-lo duramente, e ele que já tinha uma lista memorável de inimigos no seu Estado, passa a estender essa lista por outras regiões do país. E converteu para ele algumas admirações e amizades políticas. Enfim saíra em definitivo para o foco da política nacional. João Pessoa visita a cidade de Princesa, reduto do coronel José Pereira, onde é recebido com festa, para três dias depois receber telegrama onde o coronel lhe tirava o apoio dado, indo ficar ao lado da situação. A sua perplexidade foi tanta que chega a enviar telegrama a José Pereira, redigido dessa forma:

“Paraíba, 23. Urgente – Coronel José Pereira – Princesa. ROGO favor dizer-me se me transmitiu telegrama nº. 52 de ontem, com 122 palavras, às 17 horas – abraços, João Pessoa”.

A resposta é imediata.

“Princesa, 23 – Exmo. Sr. Dr. João Pessoa – Paraíba – Respondendo radiograma nº. 52 de ontem que maior motivo meu afastamento representa minha reação contra humilhantes e ofensivas referências V.Exa. fez minha pessoa ocasião reunião Comissão Executiva de que fui informado fontes seguras por telegramas de amigos incapazes de mentir. Saudações – José Pereira.”

A boa convivência entre João Pessoa e José Pereira, que dera ao presidente a homenagem de ser recebido com festas no seu reduto político, e logo após lhe nega apoio, é o prenúncio de uma revolta que vai desestabilizar ainda mais o governo de João Pessoa, a Guerra de Princesa.

E continua o deputado João Neves, no alto da tribuna da Câmara Federal:

“Era natural. O espanto que assaltou o honrado presidente da Paraíba assaltaria qualquer homem medianamente equilibrado. Depois dos aplausos de José Pereira; depois da recepção de Princesa; depois das conversas íntimas entre ele e José Pereira; depois da solidariedade renovada pelo chefe sertanejo ao presidente da Paraíba, tinha este o direito de não acreditar na autenticidade do telegrama, que chegava às suas mãos. Daí, a sua indagação. E a resposta não se fez esperar, resposta que vem sufragar em alto relevo o conceito, que já externei, de que não fora a composição da chapa federal do Partido dominante na Paraíba que determinava o rompimento com o Sr. João Pessoa”. (MELO, 2003, p. 180-181).

João Pessoa de fato não esperava, já que fora recebido com festa por aquele correligionário, até porque nessa conversa íntima o presidente firmara mais ainda a amizade com o coronel de Princesa. É o que deixa expresso na sua tão avultada surpresa.

A Guerra de Princesa foi mais uma consequência da prepotência de João Pessoa, que para fazer valer a sua vontade agia muitas vezes de forma intempestiva. Segundo Melo a Guerra de Princesa poderia ter sido evitada. João Pessoa, com a pretensão de manter a família Dantas, naquele momento os mandões de Teixeira, sem o controle das eleições, enviou reforço militar, reforço esse que foi mandado embora. Para culminar o Presidente João Pessoa envia a Teixeira o tenente Feitosa, inimigo dos Dantas de Teixeira, esse usa e abusa do poder, bate, prende e ameaça, até mesmo mulheres da família Dantas. Os Dantas pedem apoio ao amigo de Princesa, o coronel José Pereira, no que são válidos, e expulsam de Teixeira ao tenente e seus soldados. Os Pessoa de Queiroz apoiam ao Coronel José Pereira, e sem temerem uma intervenção federal, começam uma luta onde muitos tombaram sem vida.

A luta em Princesa, e que se alastrou por grande parte do território paraibano, não foi apenas uma revida a o presidente que havia negado apoio ao chefe do executivo do país, era

também uma revida ao pretense reformador que no intuito de moralizar o Estado não poupou nada nem ninguém.

Enquanto no cenário paraibano a polícia e os jagunços se combatiam em frente de batalha, no Brasil a economia encontrava-se numa instabilidade temível, agravada ainda mais pela crise política, o “ouro verde” como era conhecido o café, devido o grande importância deste para a economia nacional, perdia o seu valor, com a crise nos Estados Unidos, que teve seu ápice com a queda da bolsa de valores de Nova York, e que influenciou negativamente em todos os domínios capitalistas, veio a desvalorizar drasticamente o nosso café, o excedente sem mercado para escoar ficava preso em estoque. Para aliviar essa grande depressão econômica o presidente Washington Luiz não percebia uma saída plausível e a queda de preços foi inevitável.

As costumeiras ações do governo de comprar o café em estoque, com o capital estrangeiro, já não era mais possível, daí a crise assolou incontestemente toda a burguesia cafeeira

Apesar da conturbada situação política, econômica e social, as eleições aconteceram, e o partido que recebeu a alcunha de perrepista, o do Sr. Júlio Prestes vence as eleições, mas na Paraíba o partido que tem o presidente João Pessoa sai na frente. Mas as manobras do governo federal deu a vitória aos que perderam o pleito, como bem o coloca o historiador Wellington Aguiar, no seu extenso livro *João Pessoa, o Reformador*: “A Câmara Federal depurou os candidatos eleitos pelo povo Paraibano, na seção de 28 de abril de 1930, e reconheceu como vitoriosos os que perderam o pleito. O mesmo fez o senado posteriormente”. (AGUIAR, 2005, p. 173).

Esse ato, que dava ganho a quem o poder executivo queria, fora comum durante a Velha Republica, também era comum na política dos governadores Washington Luiz se solidifica no poder, mas é aí que cresce a figura de Eptácio Pessoa que age com diplomacia, em nome da Paraíba, deixando evidente a sua posição como líder político de um Estado tão acintosamente depreciado. Confirmamos o telegrama de protesto e solidariedade:

Presidente Estado Paraíba do Norte. Esbulhada criminosamente sua legítima representação Câmara dos deputados, nem por isso deve a Paraíba esmorecer na defesa da sua autonomia ameaçada, na reivindicação de princípios democráticos que vêm sendo tão acintosamente postergados. Seu digno presidente pode estar certo nesta hora sombria que a seu lado todos quanto amam sinceramente a Republica e não a querem transformada num regime de prepotência e servilismo. Abraços – Eptácio Pessoa. (VIDAL, 1978, p. 210).

A “degola e a depuração”, medidas a que o senhor Eptácio condena, pois foram usadas para prejudicar o seu sobrinho, foram usadas também por ele, quando Presidente da República.

O Negro de João Pessoa não termina pois, com a derrota nas eleições, outros acontecimentos vão ligá-lo ao movimento de 30.

Quando nos lançamos ao cenário da Revolução de 30, encontraremos um Brasil de conflitos quer sejam ideológicos ou não. O que se percebe é um desejo inquieto de desestabilizar o regime, premissas de um acontecimento que colocou um paraibano como fiel da balança, pena que morto pois foi exatamente esse o papel que ele representou, “um mártir”, o “Cristo” assassinado por ter se negado a compactuar com a suja política nacional.

Os motivos que levaram o noivo da professora Anayde Beiriz, o advogado João Dantas, não foram questionados se esses eram pessoais ou não, não mereceram maiores detalhes, os revolucionários queriam um motivo forte, imbatível, capaz de fervilhar o sangue quente e comover o povo brasileiro. O motivo era nobre, filho de uma poderosa família, havia prestado um grande serviço a seu Estado com a sua monumental e apoteótica negação, ficando na memória como o “homem do negro” e estava para todo o sempre morto. O seu esquife levava mais que um corpo, era um troféu explorado até a última gota por homens que sabiam conduzir os acontecimentos e naquele momento o acontecimento era a morte de João Pessoa, o vice na chapa derrotada da Aliança Liberal, que tinha como candidato para presidente a pessoa de Getúlio Vargas. A morte de João Pessoa foi como a gota d’água para a eclosão do processo revolucionário de 30.

Havia além disto uma série de revoltas, fruto da insatisfação com o poder vigente, muitos homens ambicionavam esse poder e a chegada de Getúlio Vargas na presidência coincidia muito com o desejo desses personagens que não podiam ascender com a política café com leite e se posicionaram para o combate no cumprimento desse desejo, descendentes do tenentismo ganham as fileiras dos revolucionários.

Na Paraíba, a revolta de Princesa chega ao fim com a morte de João Pessoa, e no Brasil explode a revolução, que vai terminar com o golpe de estado que depõe Washington Luiz, e leva ao poder o gaúcho Getúlio Vargas.

## CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DO MITO: JOÃO PESSOA, O MÁRTIR PARAIBANO.

### 3.1 – A morte e a comoção social

No dia da morte de João Pessoa o jornal a União publicava que o presidente ia em visita ao Recife, os motivos que levaram o presidente a ir a Recife, segundo o que se registra é que foi visitar a um amigo enfermo. Já José Joffily, autor de *Anayde de Beiriz. Paixão e morte na revolução de 30*, relata outro motivo para o presidente estar em Recife naquele dia, “seria o encontro com uma cantora com quem mantinha um caso secreto, o que explicaria a sua ida a joalheria Krause”. Joffily conclui contundente: “Adiantam dois ilustres paraibanos – os escritores Horácio de Almeida e Amarylio de Albuquerque – trata-se de Cristina Maristany”.

Ao sentar na Confeitaria Glória para tomar um chá, onde chegou às 17 horas, estava consigo Caio de Lima Cavalcante, Agamenon Magalhães, e o comerciante Alfredo Dias. Decerto não esperava que o advogado João Dantas o assassinasse, a pistola que estava no seu bolso traseiro, não foi sacada, não houve tempo da vítima defender-se. João Dantas foi baleado após consumir a sua tragédia, sendo levado assim à Casa de Detenção. João Pessoa morto é elevado à categoria de mártir e herói popular.

O impacto da morte do presidente da Paraíba pelo advogado João Dantas, abalou o Estado. No seu longo velório, muitos foram os discursos e as palavras de ordem, e incentivos que conduziam a vingança. Em Recife o Juiz Cunha Melo, proferira essas palavras ao vê-lo pela última vez: “Vivo não te venceriam; morto não te vencerão”. (AGUIAR, 2005, p. 230).

Com a sua morte João Pessoa foi o verdadeiro motivo para a fomentação de um golpe contra o poder central. Esse sentimento de tristeza coletiva dura meses. Os políticos da Aliança Liberal através do Jornal a União, publicam diariamente fotografias e frases heróicas atribuídas a João Pessoa, dessa forma propõem mudar o nome da capital de Paraíba, para o nome do Presidente João Pessoa. Apesar dos deputados da oposição, principalmente do perrepista Neiva de Figueiredo, a lei foi sancionada no dia 4 de setembro pelo presidente Álvaro de Carvalho. A bandeira paraibana é substituída por uma nova, com as cores vermelha e preto e mais a palavra NEGRO, o vermelho simbolizando a cor da Aliança Liberal, o preto simbolizava o luto por João Pessoa, e a inscrição NEGRO uma invocação à resposta que o Presidente dera ao Catete, quando consultado a respeito da candidatura de Júlio Prestes, e que ele não apoiara.



Corpo de João Pessoa. Fonte: FGV-CPDOC.

E o povo chorou o presidente morto, e em sua homenagem, vibrantes eram as palavras quentes dos políticos, sentidas eram as lágrimas e interesses se misturavam ao calor de sua morte. O clima pré-revolucionário encheu de terror a vida dos perrepistas e suas respectivas famílias, muitas como a família de João Suassuna e José Pereira tiveram que deixar suas cidades, a Paraíba tornou-se um território hostil para os perrepistas.

Enquanto isto um altar foi erguido, e diante dele os liberais em preces lamentosas invocavam a João Pessoa como se este um Cristo fora; vejamos o que relata José Joffily sobre o “altar da pátria”: “O sectário misticismo era praticado com todo ritual no “altar da pátria”, onde, ajoelhados, todos nós liberais, elevávamos nossas preces pela messiânica ressurreição de João Pessoa. Cantava-se com a monotonia das ladainhas:

“João Pessoa João Pessoa  
Bravo filho do sertão  
Toda Pátria espera um dia  
A tua ressurreição”

“Jesus Cristo também foi cravado  
Por Pilatos foi sentenciado  
Quase o mesmo contigo fizeram  
Esta taça de fel te trouxeram.



(JOFFILY, 1980, p. 50).

Ao transformar João Pessoa num messias, Os Liberais transformavam os seus adversários em inimigos da Pátria, Judas que deviam serem destruídos e apagados da memória do povo.



Funeral de João Pessoa (RJ). Fonte: FGV-CPDOC.

No interior da Paraíba, no Sítio Cardeiro, município de Bananeiras, onde morava a família de minha tia, a senhora Francisca Neves, hoje uma senhora com 82 anos, o eco dos lamentos pela morte do Presidente chegou em forma de versos que ela recita de cor, como esse que segue:

“Eu juro pela a aliança  
 Com o coração gentil  
 Como o oceano é verde  
 E o céu é cor de anil  
 João Pessoa era uma luz  
 Que iluminava o Brasil.”  
 (Quadrinha popular).

A Aliança Liberal converteu o crime contra João Pessoa num crime federal, como se o próprio Catete tivesse disparado a arma, e a “Revolução” tão destramente elaborada tomou forma

e ganhou as ruas. O populacho queria a morte dos perrepistas. Levando essa bandeira de luta, saiu o esquife de João Pessoa, e os três meses que levou para chegar ao Rio de Janeiro, insuflou o delírio popular.

Sobre a comoção social muito já foi falado e Ademar Vidal na sua obra *João Pessoa e a revolução de 30*, expressa bem esse sentimento: “O navio entra no canal lentamente. Faz a volta. Toma rumo. E o povo segue o seu movimento ao longo das praias, sacudindo lenços e bandeiras vermelhas”. (VIDAL, 1978, p. 186).

O tio Epitácio no alto de sua dor manifesta seu pesar, e seu conforto:

“(…) Se pode haver um lenitivo para o meu pesar, ele está na convicção de que João Pessoa morreu no momento mais oportuno para o seu renome e a sua glória”. João Pessoa se tornou um herói no seu Estado e em muitos Estados brasileiros, se vivo, seu nome não teria alcançado jamais tamanha projeção nacional.

Alguns o reverenciavam como herói, muitos como um mito e outros mais apaixonados o reverenciam como um Deus, vejamos o que diz sobre ele Abgar Bastos: “João Pessoa foi à grande passagem plasmado em altivez e justiça. Se vivo, veria ao seu redor o povo enaltecido, louvando-o; morto teve ao seu redor a nação ajoelhada pranteando-o”.

Das sombras da tragédia ressurgiu o Herói. Para Carlyle, “o Herói é o sal da terra!”. Para Flamínio, em *Trasímeno*, era “o próprio Deus. Esta foi a gênese de sua perpétua lembrança. João Pessoa, que desejou impor sua vontade a todo custo, quando morto foi transformado no mais perfeito dos seres, flutuando acima dos mortais. Mesmo assim a revolução de 30, movimento onde o seu nome foi tão explorado, tinha em poucos anos mergulhado o Brasil numa ditadura, onde todo ideal democrático foi massacrado, e que o nosso País ainda continue mergulhado no jugo do mandonismo e do clientelismo é que a revolução tenha passado sem revolucionar de verdade a vida do povo brasileiro.

### **3.2 – Dantas e Anayde: as duas tragédias em favor da glória liberal**

Preso após ter assassinado João Pessoa, João Dantas foi levado a Casa de Detenção. A sua condição de bacharel de direito lhe dava alguns privilégios, e portanto foi encaminhado ao quartel do Derby.

O seu suicídio, dado pelos órgãos oficiais como certo foi cantado pelo povo, que o via arrependido depois do vil gesto que praticara. Eis aí versos populares cantados após a notícia do

seu “suicídio”: versos esses que a senhora Francisca Neves, que viveu naquela época, guarda de cor:

Ouço um tiroteio na rua  
 Que me abala o coração  
 Só falta ser derrubada  
 A porta da detenção  
 Adeus meus queridos pais  
 Minha noivinha querida  
 Pós um monstro como eu  
 Não merece ter mais vida  
 (Quadrinha popular)

O seu suicídio, pode ser mais uma versão, vejamos a opinião de Fernando Melo.

Alguns Memorialistas respeitados escreveram que João Dantas e seu cunhado, o engenheiro Augusto Moreira Caldas, que era casado com Jacinta Dantas, cometeram suicídio. Mas a verdade é bem outra. Ambos foram barbaramente assassinados no dia 6 de outubro daquele ano com a revolução de 30 já vitoriosa. (MELO, 2003, p.271).

O mesmo autor fundamenta sua certeza, nas palavras de Joaquim Inojosa, que conclui sobre esse duplo assassinato:

Ter-se-ia suicidado um homem que foi fotografado na cela, momentos depois da morte, com o crânio ferido em mais de um lugar? Jamais se viu alguém golpear uma carótida profundamente e ainda dispor de vida para vibrar profundamente segundo golpe... (MELO, 2003, p 272).

O fim de Anayde, a infeliz parceira de João Dantas, que sofreu terríveis humilhações como se fora ela a assassina do Presidente, não causou comoção, salvo em alguns corações generosos, os motivos que levaram o seu noivo a esse extremo, “a exposição de suas correspondências” não a absolviam, tornara-se mais um motivo para que os “patriotas” a escarnecessem. Observemos o que fala Joffily:



Anayde Beiriz. Fonte: JOFFILY (1980).

Fingindo ignorar o infortunado romance, puritanos e puritanas – todos patriotas, é claro – fogem do assunto como o culpado da justiça, evitando tocar no caso que se lhes afigura “um poço de lama e pecado”. Fica assim o nome de Anayde à mercê do veneno das cascavéis. A omissão de uns alimenta a infâmia de outros”. (JOFFILY, 1980, p. 55).

Execrada pela sociedade, Anayde busca no suicídio alívio para o seu sofrimento. No seu atestado de óbito está escrito apenas “envenenamento” sobre seus últimos momentos. Apenas o depoimento da irmã Maria Cecília, que servia na instituição de mães solteiras e prostitutas para onde foi levada após ter ingerido o veneno que subtraiu-lhe a vida, é onde encontraremos a narração de seus últimos momentos.

Anayde, com crises convulsivas de vômito, sem condições para que se fizesse o registro do seu ingresso, foi recebida pela irmã mestra Maria de Todos os Santos (já falecida), que na vistoria habitual da bagagem das recém-chegadas, encontrou um vidro onde restavam alguns comprimidos. Quase todos já haviam sido ingeridos pela agonizante... Discretamente retiraram o cadáver, num caixão branco, pelo portão dos fundos. Anayde aparentava uns 20 anos e tinha bonitas feições. Entrou no asilo às 11 horas e saiu às 13:30 hs. ( JOFFILY, 1980, pp. 55-560).

Foi enterrada como indigente, 48 horas antes dos liberais ganharem por fim a “Revolução”, no dia 24 de outubro de 1930. Vejamos o que nos diz Joffly: “Difícilmente poderia eu supor que Anayde Beiriz, 48 horas antes, num mundo cão, já estava sepultada como mendiga”.

A tragédia que se abateu sobre as vidas dos enamorados, não terminou com a morte, a mesma sociedade que elevou o presidente assassinado João Pessoa a categoria de mito, teve o cuidado de depreciar e cobrir de lama a mulher e o homem. Foram julgados e condenados, afinal a supremacia do mito pedia o fim dos seus inimigos.



### 3.3 – O mito heróico do presidente assassinado

João Pessoa foi assassinado, e o seu sangue derramado foi fértil para a construção do mito. E com uma força total foi se consolidando a cada conquista da Aliança Liberal, que insuflou

ardilosamente a opinião pública, colocando o presidente assassinado acima dos mortais, alcançando a relevância de um Deus sob o apelo da população enlutada, que queria agradecer o seu eminente presidente. A bandeira paraibana veio a sofrer alterações, no intuito de elevar as suas virtudes, a palavra “nego” tomou lugar num dos principais símbolos cívicos paraibanos, palavra essa escrita sobre duas cores propositadamente escolhidas, o vermelho da Aliança Liberal, e o Negro, logicamente representando o luto do povo pelo trágico fim do seu presidente. O episódio de sua morte o fez crescer justificando-o como um ser supremo, um mártir nacional, como se João Dantas representa-se o Catete, e é lógico que os outros motivos que levaram o advogado a apertar o gatilho foram devidamente suplantados pela trajetória do nascimento do mito João Pessoa.

As mudanças que se verificaram no transcorrer daquele ano, para que o nome de João Pessoa se imortalizasse, e que perduram até hoje, como o nome da capital, antes Paraíba, que passou a receber o seu nome, o Palácio do Governo, hoje Palácio da Redenção, também em sua homenagem, na praça dos Três Poderes, o seu busto em pedra alardeando a sua figura heróica, favorecia o crescimento da Aliança, enquanto João Pessoa virava nome de ruas, escolas, praças... O povo, insuflado pela propaganda da Aliança Liberal, saía às ruas pedindo justiça para o seu presidente assassinado, ajudando assim aos revoltosos, que alcançaram o intuito desejado, chegando ao poder em outubro de 1930.

O assassinato de João Pessoa forneceu o clima necessário para a retomada das articulações, dando impulso a conspiração pela tomada do poder e repercutindo em todo o país. Na Paraíba, a revolta enveredou para o delírio coletivo. A palavra de ordem passou a ser vingança contra os perrepietas partidários da situação dominante, seguidores do PRP, a quem não poupavam, enquanto João Pessoa, já tido como mártir, era cultuado como verdadeiro Deus. (GURJÃO, 1994, p. 85).

A política tendenciosa da Aliança conseguiu com a sua propaganda tornar um homem sem grandes feitos num Deus, e fervilhar no íntimo da população um desejo insano de vingança, e foi assim cultuado após sua morte que João Pessoa virou o grande herói do movimento revolucionário de 30, revolução essa que se depreciou ao ponto de desencadear a mais longa ditadura que nosso País viveu.





Jornal A União. 27/07/1997. Fonte: Arquivo particular.

Por ocasião do traslado dos restos mortais do ex-presidente do Rio para a capital da Paraíba, a saída do cortejo oficial que saiu do aeroporto para a capital, transportando as cinzas de João Pessoa, foi acompanhada por deputados, magistrados, prefeitos, representantes do Senado Federal, vereadores, autoridades militares e oficiais da polícia militar. Chegando ao Palácio da Redenção, onde as cinzas ficaram em urnas provisórias, até a construção do mausoléu, falaram: Wellington Aguiar, biógrafo e defensor de João Pessoa, deputado Inaldo Rocha Leitão, presidente da Assembléia Legislativa, Iza Cavalcante, filha do ex-presidente João Pessoa, e o Governador José Targino Maranhão. Esse acontecimento que evocou a memória do “grande presidente João Pessoa” deixou evidente que o mito construído em 30 permanece “reverenciado” nos tempos atuais.

E é lógico que essa força que é cultuada até hoje por muitos historiadores, jornalistas e políticos, continua a elevar a figura de João Pessoa como exemplo notável de homem, político, cidadão e até mesmo herói popular, com todas as honrarias possíveis, e se o hino oficial da Paraíba não foi trocado por outro para enaltecer mais ainda a sua figura, não foi por falta de inspiração

poética, talvez o que tenha impedido os partidários do mito a trocar o hino paraibano tenha sido o medo do ridículo, embora para muitos o hino da Paraíba seja o hino de autoria de Oswaldo Santiago e Eduardo Souto. Eis a letra:

Lá do Norte um herói altaneiro  
 Que da Pátria o amor conquistou  
 Foi um vivo farol que ligeiro  
 Acendeu e depois apagou

(Estrilho)

João Pessoa, João Pessoa  
 Bravo filho de sertão  
 Toda a Pátria espera um dia  
 A tua ressurreição

João Pessoa, João Pessoa  
 O teu, vulto varonil  
 Vive ainda, vive ainda  
 No coração do Brasil

Como o cedro que tomba na mata  
 Sob raio que em cheio o feriu  
 Assim ele ante a fúria insensata  
 De um feroz inimigo caiu

Paraíba, ó rincão pequenino  
 Como grande esse homem te fez  
 Hoje em te cabe todo o destino  
 Todo orgulho da nossa altivez.

A poesia que presta honras divinas a João Pessoa, o tomava por uma das mais eminentes e altaneiras criaturas, o herói morto mas não vencido que recebe a graça de um ser ressuscitável, um Cristo para a glória política do seu estado. A Paraíba passa a ser nada sem o vulto glorioso do seu ilustre filho, o mito torna-se nacional, o que seria o lenitivo para a dor do povo paraibano que perdeu o seu herói, é vê-lo como estandarte de todas as virtudes e reconhecimentos. Se um mito como tal suporta as transformações sociais, políticas e até mesmo tecnológicas é por haver interesses de que o mito não se perca e assim ele vem ressuscitando, perpetuando-se, levando a ilusão dos que acreditam em sua magnânima existência, e os que sem acreditar relevam as suas



crenças em favor do mito, que enquanto mito, presta-se a objetivos nem sempre santos.

Quando as cinzas de João Pessoa vieram para a Paraíba em 1998, foi-lhe construído um mausoléu, e diante da construção onde hoje jaz o presidente da Paraíba João Pessoa, muitos vêm reverenciá-lo, acrescentando a lendária figura de honrarias. São atitudes humanas que desencorajam a quem quer que seja a acreditar que o mito morreu. Mais de 70 anos depois de sua morte, ainda se crucifica a memória dos seus inimigos, o que evidencia que a mitificação de João Pessoa alcançou seus objetivos primários e continua em voga.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discutimos o político João Pessoa Cavalcante, o presidente da Paraíba no final dos anos 20, no sentido de compreender as razões que o elevaram à categoria de mito, quais os acontecimentos que propiciaram ao paraibano de Umbuzeiro um caráter póstumo tão reverenciável.

Encontremos no berço do coronelismo o nosso homem, que veio a governar a Paraíba sob a tutela do seu tio Eptácio Pessoa, conseguindo num curto espaço de tempo mudar arbitrariamente as leis, dividir a oligarquia epitacista, brigar com o clero e, para culminar, rendendo-se as vontades do seu tio Pita, aceita candidatar-se com Getúlio Vargas. Sem muita vontade, sujeito à submissão, se torna num curto tempo um nome nacional. Mas é depois do seu assassinato na Confeitaria Glória em Recife, pelas mãos do seu adversário político, o jornalista João Dantas, que ele sai de fato do segundo plano e através da propaganda da Aliança Liberal é elevado à supremacia de um Deus.

Isto aconteceu num momento crítico de nossa história política, pós mesmo tendo perdido as eleições para a situação, os Liberais não se conformavam, e já havia um clima propício à Revolução, que foi crescendo à medida que a propaganda da Aliança Liberal insuflava a população a vingar o crime contra o presidente da Paraíba, dando ao crime caracteres de um crime contra a nação, visto que ferira de morte o candidato a vice na chapa da Aliança. Esse crime passional sofreu uma interpretação tão contrária à realidade que elevou João Pessoa a categoria de herói nacional

Com a intensa propaganda da Aliança Liberal o assassinato de João Pessoa passou de um crime para um desejo de chegar ao poder por parte dos Liberais, livrando-o do anonimato, e o fazendo, depois de morto, um grande líder, um semi-deus.

A campanha para a criação do mito ajudou a Aliança Liberal a derrubar o governo de Washington Luiz, e deixou imortalizada a figura de João Pessoa, ligando o seu nome ao evento revolucionário de 30, evento esse onde a sua participação se resumiu ao papel de um morto, sendo útil através da criação póstuma de sua divindade.

João Pessoa, graças a grande campanha empreendida pela Aliança Liberal não morreu, hoje ele ainda figura como um símbolo cívico de nosso Estado, inclusive o seu nome figura até em outros estados, como nome de ruas, praças, escolas, mas é aqui no estado da Paraíba onde o mito permanece marcante, a capital permanece com o seu nome, a bandeira continua a ostentar o dúbio NEGÓ, ruas, praças, escolas permanecem a ostentar o seu nome, e principalmente muitos

escritores, historiadores e jornalistas permanecem a escrever sobre o seu mito. Sobre o homem o que se fala tem o objetivo muitas vezes apenas de enaltecer o mito, como se num diálogo entre o homem e o mito, o mito tivesse a palavra final.

Dessa forma percebemos que os mitos políticos não acontecem ao acaso, há um propósito por trás de sua construção, e embora apresentem-se em determinado momento com um objetivo definido, como foi o mito de João Pessoa, são efetivamente utilizados como uma alavanca para o poder. Do modo como foi usado pela Aliança Liberal, a utilização deste mito não termina aí, dada a sua criação, eles continuam sendo destramente usados como modelos a serem seguidos e como palavra de ordem para a chegada e para a manutenção do poder de muitos grupos políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **João Pessoa, o reformador**. João Pessoa: Idéia, 2005.
- ALBURQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcante de. **João Pessoa: O sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.
- ALMEIDA, José Américo. **O ano do Nego**. João Pessoa: A União, 1978.
- \_\_\_\_\_ **A Paraíba e seus problemas**. 3ª. ed. revista, João Pessoa: SEC/A UNIÃO, 1980.
- CARONE, Edgard. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difel, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994.
- JOFFILY, José. **Anayde Beiriz: Paixão e morte na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: CBAG, 1980.
- MELO, Fernando. **João Pessoa: Uma biografia**. João Pessoa: Idéia, 2003.
- MELO, José Otávio de Arruda. **A Revolução estatizada**. João Pessoa: A União, 1983.
- MORAIS, Denis.de –VIANA, Francisco. **Prestes – Lutas e Autocríticas**. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

- LEAL, Nunes Victor. **Coronelismo Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEWIN, Linda, **“Politics and parentela in Paraíba”**. A Case Study of. Oligarchy. In: *Brazil in Old Republic*. New York: Columbia University Press, 1975.
- SANTOS, Juvandi de Souza. SÁTIRO, Jardiel de Silva. **A Coluna Prestes: A Paraíba armada**. João Pessoa: GRC, 2006.
- VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.